

**CENTRO REGIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO
FMI PARA A ÁFRICA AUSTRAL**



**RELATÓRIO
ANUAL
2021**



AFRITAC South is an IMF initiative supported by the following member countries and development partners:



Angola



Botswana



Comoros



Eswatini



Lesotho



Madagascar



Mauritius



Mozambique



Namibia



Seychelles



South Africa



Zambia



Zimbabwe



**CENTRO REGIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO
FMI PARA A ÁFRICA AUSTRAL**



AFRITAC
South

**RELATÓRIO
ANUAL
2021**



LISTA DE ABREVIATURAS

AFC	AFRITAC Central	GFP	Gestão das Finanças Públicas
AFE	AFRITAC Oriental	GIP	Gestão do investimento público
AFR	Departamento de África, FMI	ICD	Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades
AFS	AFRITAC SUL	IMF	Infraestruturas do mercado financeiro
AFW	AFRITAC Ocidental	IPC	Índice de Preços no Consumidor
AFW2	AFRITAC Ocidental 2	IPP	Índice de Preços no Produtor
ASS	África Subsariana	ISORA	Inquérito Internacional sobre a Administração da Receita
AT	Assistência técnica	LEG	Departamento Jurídico do FMI
ATAF	Fórum Africano para a Administração Fiscal	MCM	Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI
ATI	Instituto de Formação para África	MF	Ministério das Finanças
COMESA	Mercado Comum para a África Oriental e Austral	OEA	Operador Económico Autorizado
Covid-19	Doença de coronavírus 2019	OMA	Organização Mundial das Alfândegas
CP	Comité de Pilotagem	PIB	Produto Interno Bruto
DC	Desenvolvimento de capacidades	PIMF	Princípios da CPSS-IOSCO relativos às infraestruturas do mercado financeiro
EF	Exercício financeiro; começa em 1 de maio	SACU	União Aduaneira da África Austral
EP	Empresas públicas	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
ETI	Equivalente a tempo inteiro	SBR	Supervisão baseada no risco
FAD	Departamento de Finanças Públicas do FMI	SDDS	Norma Especial de Divulgação de Dados
Fintech	Tecnologias financeiras	TADAT	Ferramenta de avaliação de diagnóstico da administração fiscal
FMI	Fundo Monetário Internacional	WEO	World Economic Outlook
FPAS	Sistema de previsão e análise de políticas		

CONTENTS

ii

Lista de abreviaturas

1

SECTION I

Mensagem Conjunta do Presidente E do Diretor do AFS

5

SECTION II

Perspetiva Geral Da Situação Macroeconómica Da Região do AFS

9

SECTION III

Execução do Plano De Dc do Ef 21 E Prioridades do EF 22, Por Programa De Financiamento

- 10 **A** Programa Orçamental
- 18 **B** Programa De Desenvolvimento Dos Setores Monetário E Financeiro
- 25 **C** Programa De Estatísticas
- 27 **D** Programa Jurídico - Legislação Financeira E Fiscal
- 28 **E** Programa De Formação
- 29 **F** Perspetivas Preliminares Sobre A Fase III

31

SECTION IV

Orçamento E Financiamento do AFS

37

SECTION V

Riscos E Mitigação

41

Anexos Informativos

FIGURAS

- 6 **Figuras 1-6.**
Mudança na perspectiva económica de médio prazo
- 6 **Figura 1.**
Change in GDP Growth Projections
- 6 **Figura 2.**
Change in General Government Debt/GDP
- 7 **Figura 3.**
Change in General Government Revenue/GDP
- 7 **Figura 4.**
Change in General Government Total Expenditure/GDP
- 7 **Figura 5.**
Reserves (month of imports)-- change between 2019 and 2020
- 7 **Figura 6.**
Per Capita GDP, 2019-2020
- 14 **Figura 7.**
GFP - Evolução dos serviços (em anos ETI) e das despesas (em milhões de USD) de DC
- 16 **Figura 8.**
Administração Aduaneira - Evolução dos serviços (em anos ETI) e das despesas (em milhões de USD) de DC
- 17 **Figura 9.**
TADM - Evolução dos serviços (em anos ETI) e das despesas (em milhões de USD) de DC
- 20 **Figura 10.**
BSR - Evolução dos serviços (em anos ETI) e das despesas (em milhões de USD) de DC
- 22 **Figura 11.**
OPG - Evolução dos serviços (em anos ETI) e das despesas (em milhões de USD) de DC
- 24 **Figura 12.**
IMF - Evolução dos serviços (em anos ETI) e das despesas (em milhões de USD) de DC
- 26 **Figura 13.**
RSS - Evolução dos serviços (em anos ETI) e das despesas (em milhões de USD) de DC
- 27 **Figura 14.**
FFL - Evolução dos serviços (em anos ETI) e das despesas (em milhões de USD) de DC

CAIXAS

- 12 **Caixa 1.**
Reforço da resiliência a catástrofes naturais e alterações climáticas na África Austral e na região Oeste do Oceano Índico
- 13 **Caixa 2.**
Digitalização e transparência na África Austral e Ocidental e na região Oeste do Oceano Índico
- 15 **Caixa 3.**
Webinário regional sobre desenvolvimento de liderança e de gestão
- 15 **Caixa 4.**
Programa de modernização das alfândegas de Madagáscar
- 17 **Caixa 5.**
Conclusão do ISORA 2020
- 19 **Caixa 6.**
Regulação e supervisão dos riscos cibernéticos: Iniciativa de desenvolvimento de capacidade para os países membros do AFS
- 21 **Caixa 7.**
Planeamento flexível e implementação prática - caso de desenvolvimento de capacidades no EF 21 (Zimbabué)
- 23 **Caixa 8.**
Webinário sobre Fintech: Digitalização de pagamentos para os países membros do AFS

TABELAS

- 33 **Tabela 1.**
Estado das contribuições financeiras
- 34 **Tabela 2.**
Orçamento e execução nos EF 18-EF 21
- 35 **Tabela 3.**
Orçamento proposto do EF 22

SECTION I

MENSAGEM CONJUNTA
DO PRESIDENTE E DO
DIRETOR DO AFS

MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE E DO DIRETOR DO AFS



Abdoul Aziz Wane
Diretor do AFRITAC Sul



Dr Kealeboga S Masalila
Presidente do Comité
De Pilotagem do
AFRITAC Sul (Botswana)

O presente relatório destaca as realizações dos países membros no EF 21 e apresenta as prioridades para o EF 22.

O EF 21 foi um ano atípico, caracterizado por mudanças significativas na procura por serviços de desenvolvimento de capacidade (DC) – sobretudo os ligados à pandemia de Covid-19 – e inovações em modalidades de prestação remota¹. A adaptabilidade dos países membros a estas modalidades e a abordagem flexível do centro para dar resposta a novos pedidos ajudaram a manter o dinamismo na prestação destes serviços e a avançar em marcos fundamentais.

O centro regista as seguintes principais realizações no EF 21:

- Ao longo do EF 21, os países do AFS registaram avanços em vários marcos: No final de abril de 2021, 68% dos marcos estabelecidos desde o início da fase II foram total ou amplamente alcançados, com avanços registados em 22%².

- O volume do DC continuou a aumentar: O número de missões (e relatórios de assistência técnica produzidos pelo centro) aumentou em cerca de 30% no EF 21. Isto corresponde a um aumento de 1,3% em termos de anos equivalentes a tempo inteiro (ETI), que rondou os 18,0 anos ETI no EF 21.
- Observou-se mais eficácia nos países frágeis: O DC para este grupo aumentou cerca de 1% no EF 21 e foram observados avanços em marcos fundamentais (destacados nas secções temáticas).
- Aumento do número de funcionários formados através de canais virtuais: A janela virtual criou a oportunidade de acomodar mais eventos de formação destinados a grupos maiores de participantes. O número de eventos aumentou de 22 no EF 20 para 30 no EF 21, permitindo que um número recorde de 1.391

¹ O centro presta serviços de gestão das finanças públicas, administração tributária, administração aduaneira, supervisão e regulação bancárias, operações de mercado monetário e cambial, infraestruturas do mercado financeiro, estatísticas do setor real, legislação financeira e fiscal e formação macroeconómica. O exercício fiscal começa em 1 de maio.

² A Fase II do AFS começou no EF 18. Os marcos são classificados como total, larga ou parcialmente cumpridos, ou não cumpridos, em linha com o novo quadro do RBM do FMI. As classificações abrangem todos os marcos desde o início da Fase II.

³ Países frágeis e países que estão a implementar um programa apoiado pelo FMI.

funcionários recebesse formação em domínios fundamentais ligados à Covid-19.

- A economia obtida com a prestação remota de DC abriu espaço para dedicar mais recursos a prioridades emergentes no EF 22: O total das despesas do EF 21 anos ascendeu a USD 6,5 milhões contra USD 13,7 milhões orçamentados para o exercício. A maior parte da economia foi gerada pela formação à distância e rotatividade de pessoal.

As prioridades para o EF 22 mantiveram-se inalteradas desde a aprovação do plano de trabalho

pelo Comité de Pilotagem em junho de 2021. Em colaboração com o Departamento de África (AFR), o plano de trabalho visa apoiar uma recuperação mais inteligente, inclusiva e verde pós-Covid-19, através da expansão do trabalho para reforçar a resistência dos países membros a choques, o que implica o apoio à conclusão das reformas em curso e o aprofundamento da conversa sobre áreas transversais, tais como governação e corrupção, resiliência climática, género, digitalização e dados. O centro irá empenhar-se no aumento do DC em países prioritários.³

O relatório está dividido em cinco secções: A Secção II apresenta uma perspetiva geral da situação macro-económica da região. A Secção III apresenta a execução do plano de trabalho do EF 21 e as prioridades do EF 22 por programa de financiamento. A Secção IV debruça-se sobre orçamento e financiamento, enquanto a Secção V discute os principais riscos e as estratégias para a sua atenuação. O relatório contém anexos sobre a prestação de serviços de DC no EF 21, o plano de DC para o EF 22 e os webinários, cursos e workshops personalizados e regionais para o EF 22.

SECTION II

PERSPETIVA GERAL
DA SITUAÇÃO
MACROECONÓMICA
DA REGIÃO DO AFS

PERSPETIVA GERAL DA SITUAÇÃO MACROECONÓMICA DA REGIÃO DO AFS

Para a maioria dos países do AFS, o otimismo sobre as perspetivas a médio prazo desvaneceu-se com a pandemia de Covid-19. Comparadas com a projeção pré-crise, as projeções atualizadas das perspetivas económicas mundiais apontam para um crescimento mais baixo no médio prazo⁴ e níveis de dívida elevados para muitos países do AFS. As receitas orçamentais em percentagem do PIB deverão cair ou se manter perto do nível pré-crise.

As oportunidades perdidas de mobilização de receitas internas, combinadas com aumentos posteriores de despesas para atender a necessidades urgentes nos setores da saúde e educação, gerarão défices orçamentais elevados a médio prazo. Estes desafios surgem depois dos países terem utilizado os seus amortecedores e a sua margem de aplicação de políticas. Na maioria dos países as reservas internacionais, em meses de importações, ou estão em queda ou

num nível muito baixo, e a dívida já é elevada (Figuras 1 a 6). Uma recuperação forte neste contexto, exige das autoridades o apoio às reformas em curso e a identificação de nichos para a mobilização de receitas internas e a melhoria da eficiência das despesas para colmatar as lacunas de financiamento. Outras áreas de ação de políticas terão de ser bem coordenadas e apoiar o objetivo global de recuperação forte, inclusiva e resistente às alterações climáticas.

FIGURAS 1-6. MUDANÇA NA PERSPETIVA ECONÓMICA DE MÉDIO PRAZO

FIGURA 1. CHANGE IN GDP GROWTH PROJECTIONS

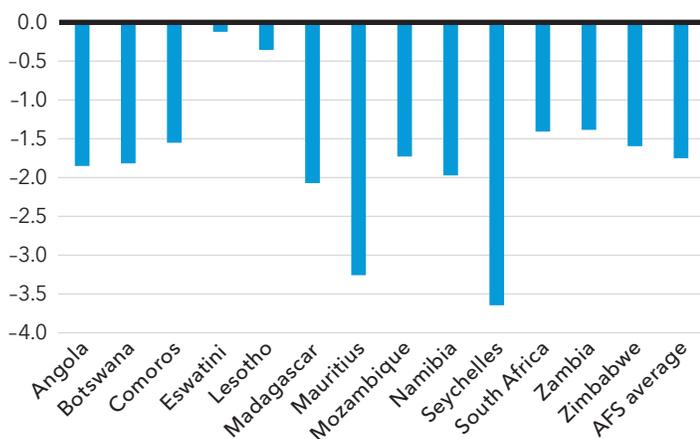
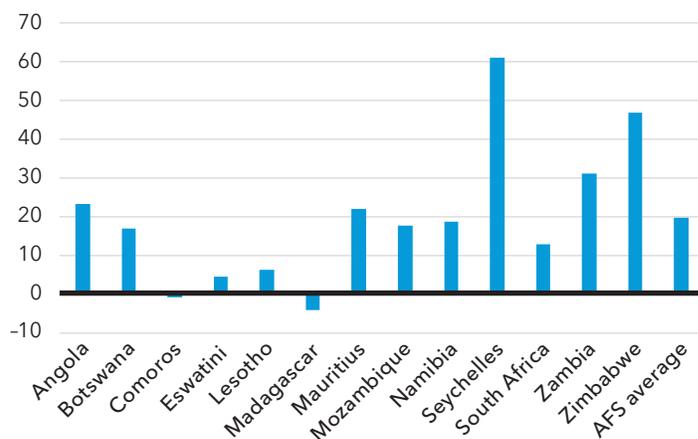


FIGURA 2. CHANGE IN GENERAL GOVERNMENT DEBT/GDP



⁴ Projeções de crescimento médio do WEO para 2020-2024, entre outubro de 2019 e abril de 2021. Variações em pontos percentuais.

FIGURA 3. CHANGE IN GENERAL GOVERNMENT REVENUE/GDP

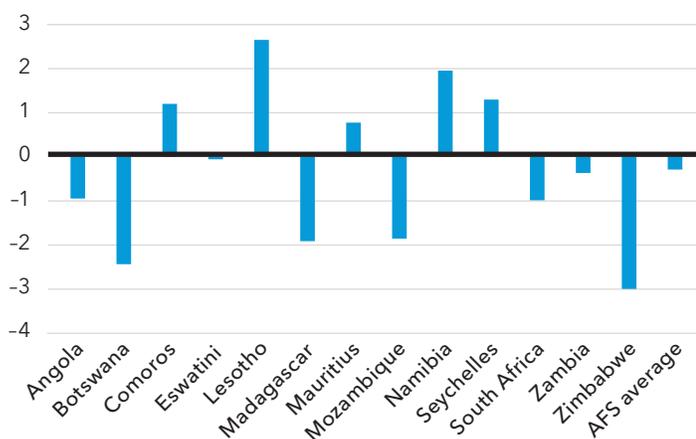


FIGURA 4. CHANGE IN GENERAL GOVERNMENT TOTAL EXPENDITURE/GDP

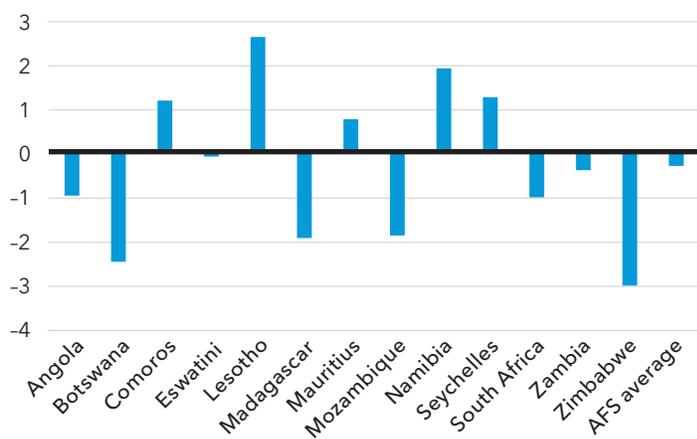


FIGURA 5. RESERVES (MONTH OF IMPORTS)--CHANGE BETWEEN 2019 AND 2020

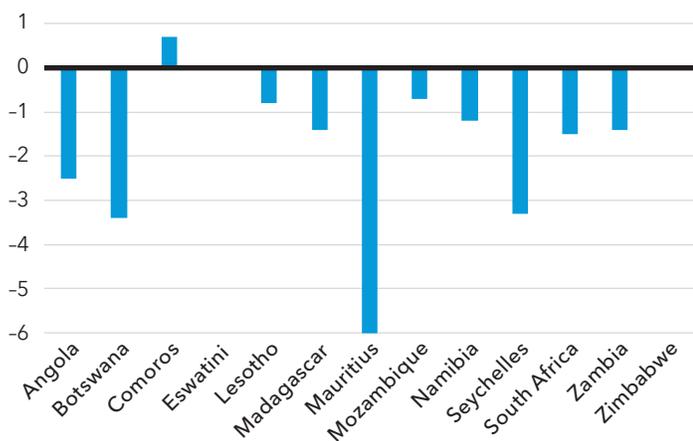
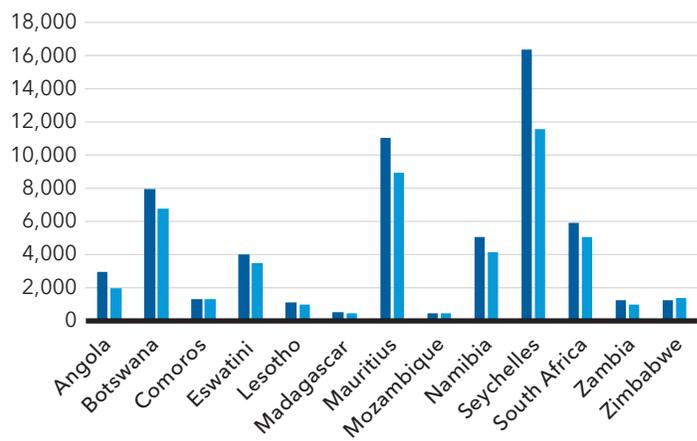


FIGURA 6. PER CAPITA GDP, 2019-2020



Fonte: WEO do FMI de Outubro de 2019 e Abril de 2021.

SECTION III

EXECUÇÃO DO PLANO
DE DC DO EF 21 E
PRIORIDADES DO EF
22, POR PROGRAMA
DE FINANCIAMENTO

PROGRAMA ORÇAMENTAL

No EF 21, o programa orçamental voltou a centrar-se no apoio às respostas dos governos à pandemia de Covid-19, inclusivamente através de formação sobre novas ferramentas desenvolvidas pelo Departamento de Finanças Públicas (FAD) do

FMI. O AFS prestou serviços de DC aos Ministérios das Finanças sobre a reforma da gestão das finanças públicas (GFP) nas áreas de governação orçamental, quadros orçamentais, transparência orçamental (orçamento e relato), gestão do investimento público (GIP), supervisão orçamental, análise e gestão do risco orçamental, preparação, execução e controlo do orçamento, incluindo gestão de tesouraria, contabilidade e relato financeiro e legislação em matéria de GFP. Para apoiar os países membros no seu esforço de mobilização de receitas, a prestação de serviços de DC centrou-se na gestão de riscos e serviços de informação, regimes de impostos especiais de consumo, avaliação, auditoria e gestão do cumprimento e sistemas e processos informáticos. A implementação do programa orçamental para o EF 21 centrou-se na governação orçamental no sentido de se manter a mobilização de receitas e melhorar a

capacidade do governo para aumentar a eficiência das despesas através da redução de vulnerabilidades de corrupção, conforme salientado nas pastas de GFP e administração de receitas abaixo.

Gestão das Finanças Públicas



Moulay El Omari



Robert Clifton



Camilo Gomez Osorio

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO EF 21

A prestação de serviços de DC em matéria de GFP centrou-se nos: i) desafios orçamentais gerados pela pandemia de Covid-19, ii) planos de reforma da GFP em curso em países membros e iii) áreas prioritárias como governação orçamental e transparência, resistência às alterações climáticas e as questões de género. O DC do AFS apoiou os países a avaliarem melhor as implicações orçamentais das intervenções ligadas à Covid-19 e melhorar a governação no uso do respetivo financiamento emergencial, inclusivamente do FMI (por ex., facilidades de crédito rápido, instrumentos de financiamento rápido e subvenções para alívio da dívida). Observou-se mais eficácia nos países frágeis – apoiados sobretudo por workshops personalizados e aprendizagem entre pares com base nas suas exigências específicas. As intervenções de DC em matéria de GFP permaneceram fortemente alinhadas com os compromissos regionais dos países membros. O volume de serviços de DC aumentou consideravelmente no segmento da formação devido ao recurso a modalidades de prestação virtual que chegaram a mais participantes, com o total de DC de GFP a atingir 5,7 anos ETI no EF 21⁵. Cerca de 27% dos recursos foram destinados aos países frágeis. O total de despesas no exercício caiu para USD 1,7 milhões, devido sobretudo à economia com viagens por causa das restrições.

Até ao final de abril de 2021, 68% dos marcos foram total ou largamente cumpridos e registaram-se progressos em cerca de 29%.

⁵ Em parte, explica-se também pela substituição de equipas da Sede em algumas prestações de DC, que não são financiadas pelo AFS.

As principais realizações no EF 21 anos incluíram:

- a) maior transparência nos relatórios orçamentais durante a Covid-19 através da inclusão do seu impacto e risco nas demonstrações de risco e outros documentos orçamentais (Angola, Moçambique, Zâmbia, Zimbabué e Lesoto),
- b) desenvolvimento inicial duma estratégia nacional de reforma da GFP ligada ao reforço da credibilidade do respetivo sistema e à implementação de ferramentas de supervisão financeira das empresas estatais (EP) (Botsuana),
- c) criação de processos e mecanismos para uma gestão eficaz e transparente das despesas com a Covid-19, promulgação dum decreto emergencial, preparação dum orçamento retificativo e finalização dos mecanismos de contabilidade e relato ligados à Covid-19 (Comores),
- d) adoção dum quadro jurídico para melhorar a transparência na gestão dos fundos ligados à Covid-19 e criação dum Fundo Covid (Madagáscar),
- e) preparação das alterações à Lei de Gestão das Finanças Públicas e Prestação de Contas (2011) para modernizar a GFP (Lesoto),
- f) avanço na adoção das IPSAS e atualização do o Manual do Processo do Projeto Capital para melhorar a governação das infraestruturas (Maurícias) e
- g) desenvolvimento duma estratégia de atualização dos sistemas de gestão da informação financeira de modo a melhorar o relato e controlo financeiros (Seicheles)

WEBINÁRIOS REGIONAIS, FORMAÇÃO PERSONALIZADA E PROGRAMA DE APRENDIZAGEM ENTRE PARES NO EF 21

Os workshops personalizados continuaram a ser uma componente essencial dos serviços de DC em matéria de GFP no EF 21, dada a procura das autoridades por apoio personalizado aos desafios de GFP que emanam da Covid-19. O centro realizou quatro webinários regionais e quatro workshops personalizados que permitiram aos quadros da região melhorar ainda mais os conhecimentos e as competências em domínios fundamentais da GFP. Os temas continuam a ser altamente relevantes e alinhados com as prioridades emergentes de DC e a resposta à Covid-19. A maioria destes webinários e workshops proporcionaram oportunidades de contacto, dada a participação de organizações regionais e doadores membros do AFS. O centro realizou o seguinte:

WEBINÁRIOS REGIONAIS

- a) Como parte da série “Identificação e gestão de riscos orçamentais durante a Covid-19”, o AFS, em colaboração com o FAD, o Instituto de Formação para África (ATI) e o Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Oriental e Austral (MEFMI), ministrou o seu primeiro módulo “Riscos orçamentais e análise da sustentabilidade da dívida em países de baixo rendimento”. Os participantes aprenderam a usar o quadro do FMI-Banco Mundial de análise da sustentabilidade da dívida pública em países de baixo rendimento (QSD PBR) para avaliar a sustentabilidade orçamental.
- b) Criação de resiliência a catástrofes naturais e alterações climáticas centrando-se no reforço da capacidade dos

CAIXA 1. REFORÇO DA RESILIÊNCIA A CATÁSTROFES NATURAIS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA ÁFRICA AUSTRAL E NA REGIÃO OESTE DO OCEANO ÍNDICO

Há um consenso emergente na região sobre a urgência de enfrentar as alterações climáticas e catástrofes naturais e a necessidade de pôr em prática medidas específicas adequadas de GFP e GIP para permitir a aplicação de políticas. A maioria dos países da AFS estão cada vez mais expostos a catástrofes naturais que representam um risco elevado para as infraestruturas, culminando em pesadas perdas do PIB, número de mortos e deslocação de populações. O custo sobre as finanças públicas dá-se normalmente na forma de custos de reconstrução e alívio pós-catástrofe e queda dos ganhos de exportação com a diminuição das principais exportações e o aumento das importações

de material de reconstrução. As catástrofes naturais podem contribuir para uma dívida elevada, a deterioração das posições externas, o aumento do crédito malparado e a deterioração dos balanços do setor público.

Para apoiar o trabalho do FMI sobre o clima, em colaboração com o FAD, o centro organizou um webinar sobre **“Reforçar a resiliência a catástrofes naturais e alterações climáticas na África Austral e na região Oeste do Oceano Índico”**. Este primeiro evento proporcionou uma plataforma aos participantes de 14 países (África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Seicheles, Zâmbia, Zimbabué, Quênia, Maláui, Ruanda e Uganda) para

partilhar conhecimentos e técnicas. O webinar centrou-se no reforço da capacidade de adaptação, gestão e atenuação dos riscos de catástrofes naturais, incluindo as alterações climáticas, bem como na gestão dos riscos macro-orçamentais advindos das alterações climáticas e catástrofes naturais e no papel da GFP e GIP, em particular para a criação de resiliência e integração das questões climáticas nas decisões orçamentais.

O AFS e FAD continuarão a apoiar os esforços de adaptação da região às alterações climáticas através de assistência técnica (AT), formação e cursos ministrados em colaboração com o ATI e possivelmente outros AFRITAC e parceiros de desenvolvimento interessados.

- d) países na adaptação, gestão e atenuação dos riscos de catástrofes naturais em geral e das alterações climáticas em particular. O workshop girou em torno de dois temas principais: a gestão dos riscos macro-orçamentais advindos das alterações climáticas e catástrofes naturais e o papel da GFP e GIP, em particular na criação de resiliência e integração das questões climáticas nas decisões orçamentais.
- c) Informatização e digitalização para melhorar a transparência da GFP, cobrindo temas como as inovações digitais nas finanças públicas, abordagens modernas aos Sistemas Integrados de Gestão da Informação Financeira (SIGIF), soluções digitais para aplicar respostas emergenciais e ferramentas digitais de apoio à transparência e ao relato orçamental.

- d) Os peritos do AFS participaram no webinar conduzido pelo ATI sobre “Criação de instituições para combater a corrupção na África”.

WORKSHOPS PERSONALIZADOS MULTIPAÍS DE APRENDIZAGEM ENTRE PARES SOBRE GIP

- a) O AFS organizou, em colaboração com o AFRITAC Ocidental 2 (AFW2) e o AFRITAC Oriental (AFE), um workshop em linha de uma semana que reuniu 21 países e mais de 80 participantes de países africanos francófonos, lusófonos e anglófonos para debater oportunidades, desafios e experiências no reforço das práticas de GIP.

WORKSHOPS PERSONALIZADOS

- a) Tendo como objetivo a melhoria da capacidade dos países de avaliar as implicações macro-orçamentais da pandemia

de Covid-19, o centro liderou uma série de workshops para os seus membros, que incluíram o uso da nova ferramenta de teste de stress orçamental (FST) Covid-19, desenvolvida pelo FAD (**Angola, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué**).

- b) O AFS organizou um webinar de 4 dias para funcionários de diferentes direções e repartições do Ministério das Finanças sobre a melhoria dos processos de preparação e execução do orçamento. Proporcionou uma plataforma para os participantes trocarem informações sobre as medidas tomadas por Angola em resposta à Covid-19 e aproveitarem os conhecimentos e experiência dos peritos do FMI em temas-chave, tais como:
 - i) formulação e preparação do orçamento, ii) execução orçamental (controlo, planeamento de tesouraria, contabilidade e

CAIXA 2. DIGITALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA ÁFRICA AUSTRAL E OCIDENTAL E NA REGIÃO OESTE DO OCEANO ÍNDICO

A adoção da tecnologia digital nas finanças públicas está a expandir-se rapidamente porque tem um vasto potencial para melhorar os seus resultados e a transparência do orçamento e reforçar as instituições orçamentais. A otimização de soluções digitais torna os sistemas de GFP mais eficientes, transparentes, equitativos e impactantes, para além de melhorar a prestação de serviços públicos. Uma abordagem bem concebida para implementar sistemas de gestão da informação financeira (SGIF) e soluções digitais permite aos governos planear

e executar melhor o orçamento e melhorar as funções centrais da GFP, tais como contabilidade e relato financeiro, controlo de despesas, bem como operações e gestão de tesouraria. As soluções digitais também ajudam a garantir a inclusão financeira, sobretudo através da implementação de transferências digitais e da transição de pagamentos em papel para pagamentos eletrónicos.

Em abril de 2021, o centro organizou, em colaboração com o FAD, um workshop regional virtual sobre

"Digitalização e transparência na GFP na África Austral e na região do Oeste do Oceano Índico" para expor os participantes aos recentes avanços em termos da aplicação das inovações digitais às finanças públicas, abordagem moderna para conceber um SGIF e formas de melhorar a gestão financeira e a transparência na utilização dos recursos públicos, em particular no contexto da pandemia da Covid-19. Este workshop poderá ser seguido por uma série de formação e DC nesta área em colaboração com o ATI e possivelmente outros AFRITAC.

relato) e iii) melhores práticas para ajustar o sistema de GFP e responder melhor às necessidades impostas pela Covid-19 (**Angola**).

- c) Um workshop apresentou ao Tesouro Nacional os métodos usados em vários países da OCDE e não só para melhorar a eficiência das despesas e gerar economias mediante reformas orçamentais baseadas em princípios de orçamentação de base zero. O aconselhamento veio na forma de apresentações e painéis de debate com peritos de países europeus proeminentes (**África do Sul**).
- d) Em colaboração com o FAD/RM, o AFS prestou serviços de DC na implementação de orçamentos baseados no desempenho (PBB) dentro dum contexto organizacional de gestão baseada em resultados (**Comissão do Oceano Índico**).

PRIORIDADES PARA O EF 22

As soluções de GFP continuam a ser essenciais para que os países do AFS enfrentem desafios macroeconómicos

mais abrangentes e alcancem uma recuperação mais inteligente, inclusiva e verde. As prioridades de DC para o EF 22 incluem AT, formação e atividades de aprendizagem entre pares visando melhorias na governação orçamental (incluindo governação de infraestruturas), apoio à abordagem das questões de género no trabalho de GFP, abordagem de vulnerabilidades climáticas e criação de resiliência climática, melhoria dos sistemas informáticos e soluções digitais de GFP e melhoria dos relatórios orçamentais.

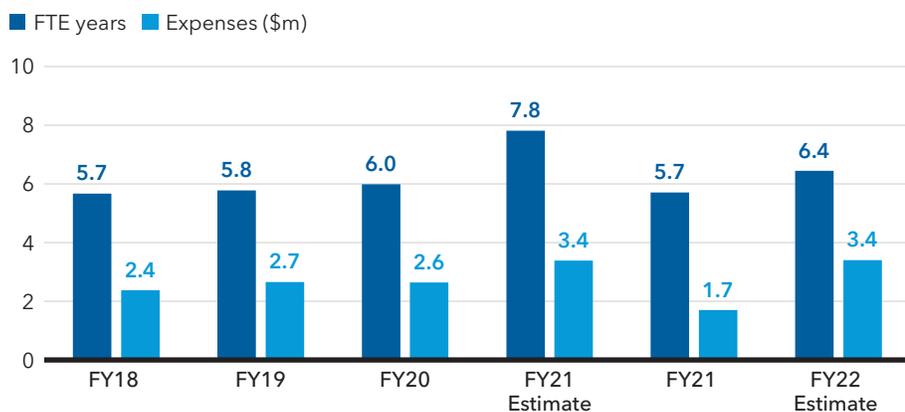
Os países frágeis serão apoiados através de workshops mais personalizados e aprendizagem entre pares. O programa de formação para o EF 22 tem em conta as exigências específicas dos países membros e as necessidades de DC decorrentes da aplicação de novas medidas orçamentais. Os workshops personalizados continuarão a ser uma componente essencial dos serviços de DC em GFP, dada a crescente procura das autoridades e a sua relevância para a aplicação bem-sucedida e rápida dos planos

nacionais de reforma da GFP. O plano prevê, portanto, assistência adaptada aos países prioritários, maior ênfase em contribuições especializadas para áreas transversais e inclui os seguintes eventos:

- Webinários: métodos e abordagens para a redefinição das prioridades da despesa, relato e transparência orçamental, resiliência climática e gestão dos riscos orçamentais e sustentabilidade da dívida,
- Workshops personalizados nos países: Elaboração de orçamentos sensíveis ao género e
- Seminários multipaíses: avaliação de base do orçamento e orçamentação programática.

De acordo com as prioridades regionais do AFR, a afetação de recursos a países que enfrentam condições frágeis deverá aumentar no EF 22. A pasta de GFP deverá prestar 6,4 anos ETI de serviço aos países membros no EF 22, enquanto a despesa total está projetada em USD 3,4 milhões (Figura 7).

FIGURA 7. GFP - EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS (EM ANOS ETI) E DAS DESPESAS (EM MILHÕES DE USD) DE DC



Administração Aduaneira



Philip Wood

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO EF 21

O programa aduaneiro continuou a apoiar os países membros a responder aos desafios apresentados pela Covid-19 e a ajudá-los a implementar os seus programas de reforma e modernização. O volume de serviços de DC aumentou significativamente no EF 21 com um total de 14 missões adicionais a acrescentar ao plano de trabalho original para a componente aduaneira. Os recursos disponibilizados totalizaram 3,6 anos ETI, com 46% das missões (e 34% dos recursos) afetados ao apoio aos três países frágeis. O AFS registou a resposta dos países membros sobre como enfrentar os desafios da Covid-19, sem deixar de manter o ritmo das reformas em curso - fatores que em grande parte explicam o aumento do volume do DC no EF 21. Uma parte significativa dos recursos também apoiou webinários e workshops virtuais nas áreas em crescimento, inclusivamente na revisão dos planos de continuidade de negócios

durante a pandemia. A despesa total foi contida em USD 0,9 milhões - em grande parte devido à economia obtida com missões à distância.

O plano de trabalho centrou-se no cumprimento dos objetivos do projeto de reforçar a administração de receitas - suas principais funções, gestão e mecanismos de governação. O DC em gestão de riscos, gestão de projetos, serviços de informação, auditorias/ controlo pós-desalfandegamento, correspondência de dados e automatização de sistemas e procedimentos aduaneiros foi bem-sucedido. Para além disso, os cursos de DC sobre a conceção e implementação de programas de operadores económicos autorizados (OEA), gestão coordenada de fronteiras e avaliação aduaneira ajudaram a cumprir o compromisso do AFS de apoiar a harmonização e integração regional.

Até ao final de abril de 2021, 63% dos marcos foram total ou largamente cumpridos e registaram-se progressos em 25%. Entre os progressos alcançados durante o ano destacam-se os seguintes marcos:

- criação dum gabinete de gestão de projetos e do respetivo quadro operacional como parte do plano de reforma organizacional (Angola),
- criação dum Comité de Gestão Estratégica para supervisionar o desenvolvimento da

estratégia e dum processo de implementação abrangente, desenvolvido para apoiar a seleção da carteira de projetos estratégicos e a preparação de planos operacionais para 2021 (Angola),

- operacionalização duma Unidade de Petróleo, instituição de novos procedimentos de desalfandegamento e contabilidade para produtos petrolíferos e harmonização das avaliações aduaneiras com os requisitos da OMC (Comores),
- revisão da legislação sobre impostos especiais de consumo e implementação dum programa de OEA (Lesoto),
- conclusão dos exercícios de correspondência de dados (Essuatíni e Zimbabué),
- adoção/instituição dum programa de modernização aduaneira (Madagáscar),
- adoção de estratégias de serviços de informação nacionais (Maurícia, Zâmbia, Zimbabué),
- conceção dum quadro para a gestão coordenada das fronteiras (Zimbabué) e
- desenvolvimento de planos de continuidade dos negócios e recuperação de desastres (Seicheles).

WEBINÁRIOS REGIONAIS, FORMAÇÃO PERSONALIZADA E PROGRAMA DE APRENDIZAGEM ENTRE PARES NO EF 21

Ao longo do EF 21, o centro deu resposta a uma procura crescente de capacitação nas principais áreas aduaneiras para apoiar as respostas à Covid-19, maximizar os rendimentos e apoiar programas de modernização e reforma mais abrangentes. Estas incluem:

CAIXA 3. WEBINÁRIO REGIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA E DE GESTÃO

O desenvolvimento das capacidades de liderança e gestão continua a ser essencial para assegurar a eficácia das administrações de receitas. O AFS conduziu, em conjunto com o FAD, um webinar regional sobre “**Desenvolvimento de liderança e gestão**” que ofereceu a 26 participantes das autoridades tributárias dos países membros a oportunidade

de i) examinar as principais funções de gestão, competências e conhecimentos para avançar os objetivos organizacionais, ii) envolver-se ativamente e positivamente na liderança e gestão da mudança, iii) compreender a importância de tomar medidas eficazes enquanto gestores para apoiar os seus quadros, pares e diretores e iv) reconhecer a sua

responsabilidade na sustentação e gestão dos principais programas estratégicos centrais para o sucesso da arrecadação de receitas e aplicação de controlos num ambiente moderno baseado em receitas, alfândegas e comércio. O evento permitiu o intercâmbio entre pares sobre boas práticas, iniciativas regionais e experiências nacionais.

CAIXA 4. PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DAS ALFÂNDEGAS DE MADAGÁSCAR

O AFS apoiou a Direção-Geral das Alfândegas (DGA) no planeamento e condução duma mesa redonda com os parceiros de desenvolvimento. O evento foi realizado durante três dias e envolveu mais de 200 participantes. Contou com uma boa participação dos parceiros de desenvolvimento bilaterais, multilaterais e do setor privado da DGA. A mesa redonda foi aberta pelo Ministro das Finanças e

pelo Secretário-Geral da Organização Mundial das Alfândegas (OMA). Os debates foram moderados conjuntamente pelo AFS e pela OMA. A DGA apresentou o seu plano estratégico e programa de modernização, ambos desenvolvidos com o apoio de DC do AFS. Partilhou com parceiros de desenvolvimento onze iniciativas prioritárias de modernização que requerem assistência financeira e técnica.

Parceiros selecionados também tiveram a oportunidade de partilhar com a DGA o nível e tipo de apoio de DC que podiam oferecer. Na conclusão do evento, os parceiros prometeram um total de 4 milhões de euros de apoio ao DC. O apoio disponível foi suficiente para ajudar a DGA a implantar 50% do programa de modernização. O AFS continua a trabalhar com a DGA na coordenação desta implantação.

- a) Aconselhamento da Chefe da Unidade de Petróleo na execução dum plano de ação para a operacionalização da unidade e formação processual sobre o controlo dos produtos petrolíferos (**Comores**),
- b) uma série de workshops técnicos sobre Desenvolvimento de Liderança e Gestão (**Botsuana**),
- c) reforço da capacidade de análise e correspondência de dados para melhor apoiar uma abordagem baseada no risco à gestão do cumprimento (**Essuatíni**),
- d) uma série de workshops técnicos sobre metodologia de avaliação aduaneira, aspetos práticos do controlo do valor aduaneiro,

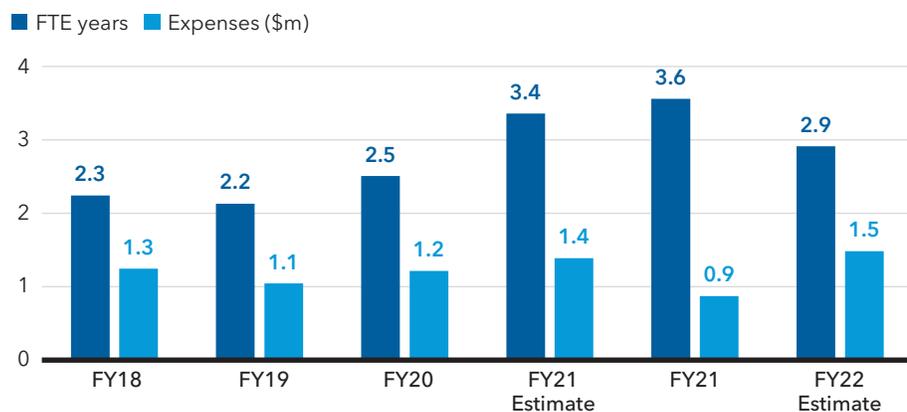
gestão do risco, criação de bases de dados de avaliação, reforço das infraestruturas de avaliação e preços de transferência e a sua relevância específica para a avaliação aduaneira (**Seicheles e Zimbabué**) e

- e) uma série de workshops técnicos sobre questões relacionadas com a continuidade dos negócios, gestão de emergência e planeamento da recuperação de desastres – que culminou na finalização dos termos de referência para um comité de gestão de emergência e continuidade dos negócios e modelos para utilização na continuidade das atividades e planeamento da recuperação de desastres (**Seicheles**).

PRIORIDADES PARA O EF 22

As prioridades para o EF 22 permanecem praticamente inalteradas, com o volume de trabalho de DC projetado em cerca de 3,8 anos ETI, no montante de cerca de USD 1,5 milhões (Figura 8). O plano proposto prevê que 38% do apoio em DC seja prestado aos três países prioritários (frágeis e com programas). As intervenções de DC no EF 22 estão alinhadas com o cumprimento dos objetivos do projeto de reforçar as principais funções, a gestão e os mecanismos de governação da administração de receitas. O plano de trabalho inclui provisões para 20 cursos de DC no terreno e 22 nos centros regionais. O centro realizará um seminário regional sobre comércio ilegal a fim de apoiar os planos de reforma dos países membros

FIGURA 8. ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA - EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS (EM ANOS ETI) E DAS DESPESAS (EM MILHÕES DE USD) DE DC



para o EF 22 e as iniciativas de harmonização e integração regional dos parceiros. Este seminário será realizado em parceria com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o AFE, prestando apoio de DC a mais de 20 direções de alfândegas e autoridades tributárias da África Austral e Oriental.

Administração tributária



Faith Mazani

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO EF 21

No EF 21, o centro permaneceu ágil e flexível na satisfação das necessidades dos países membros para melhor responderem à Covid-19.

No âmbito da pasta da administração tributária, deu-se ênfase sobretudo ao reforço das principais áreas fiscais e dos mecanismos de gestão e governação da administração tributária. Os principais temas de DC foram: o apoio à execução rápida e eficaz das respostas aos problemas criados pela Covid-19, colaboração com o programa das Alfândegas sobre a continuidade dos negócios, gestão eficaz dos riscos de conformidade, melhoria

da capacidade de gestão da regularidade fiscal de setores especializados (financeiro e de telecomunicações) e gestão eficaz da dívida fiscal. A formação personalizada apoiou os países membros no reforço adicional da liderança e capacidade de gestão para avançar nos programas de modernização e aplicar reformas. O centro também colaborou e apoiou o Fórum Africano para a Administração Fiscal (ATAF) e a SADC na realização de seminários e reuniões regionais. As despesas totais para o ano caíram para USD 0,8 milhões enquanto o volume de DC atingiu 3,0 anos ETI, com um recorde de 45% dos recursos a apoiar os países frágeis.

Até ao final de abril de 2021, 94% dos marcos foram total ou largamente cumpridos e registaram-se progressos em cerca de 3%. Principal progresso observado no EF 21:

- a) reforço da capacidade de aplicação dum programa de reforma e modernização através do apoio ao lançamento dum calendário anual de planeamento estratégico, desenvolvimento dum programa de formação de liderança de reformas e prestação de formação sobre liderança de alto desempenho para a Gestão Executiva (**Angola**),
- b) reforço da capacidade de auditoria, revisão do plano de auditoria para 2020 de modo a refletir o impacto da Covid-19 nas receitas, conclusão

do Inquérito Internacional sobre a Administração da Receita (ISORA) de 2020 e orientação sobre a implementação dum novo sistema de gestão da informação da administração tributária (**Comores**),

- c) criação dum unidade de gestão de riscos destinada a gerir eficazmente os riscos para as receitas e responder ao respetivo impacto da Covid-19 (**Madagáscar**),
- d) avanços significativos no desenvolvimento dum plano de melhoria da conformidade (**Zâmbia**),
- e) reforço da capacidade de gestão da regularidade fiscal dos contribuintes do setor financeiro e apoio às autoridades na melhoria do rendimento das auditorias (**Botsuana**),
- f) reforço da capacidade de gestão da regularidade fiscal no setor dos seguros (**Essuatíni**),
- g) desenvolvimento dum quadro de controlo interno e melhoria da gestão das prioridades empresariais através dum gestão eficaz do risco empresarial e de cumprimento (**Madagáscar**),
- h) reforço do programa de registo dos contribuintes para uma melhor gestão da regularidade fiscal (**Comores**),
- i) apoio à criação da Agência Fiscal da Namíbia, lançada pelo Presidente do país a 7 de abril de 2021, e desenvolvimento do primeiro plano estratégico para a nova administração tributária (**Namíbia**),
- j) avaliação do sistema tributário e ajuda à criação das linhas de base para as reformas, com o recurso a uma ferramenta de diagnóstico da administração tributária (TADAT) (**África do Sul**),
- k) avanço significativo no desenvolvimento dum plano plurianual de melhoria da regularidade fiscal (**Seicheles**) e

CAIXA 5. CONCLUSÃO DO ISORA 2020

Uma das maiores preocupações do ano foi ajudar os países a concluírem o ISORA 2020, relativo aos exercícios fiscais de 2018 e 2019. Todos os

países apresentaram pelo menos 90% dos dados. A principal ênfase no último trimestre foi a validação dos dados e a conclusão das restantes

secções do inquérito. Dois países do AFS participaram no inquérito pela primeira vez.

- l) adoção e institucionalização dum quadro de gestão estratégica e desenvolvimento duma estratégia clara de reforma (**Zimbabué**).

WEBINÁRIOS REGIONAIS, FORMAÇÃO PERSONALIZADA E PROGRAMA DE APRENDIZAGEM ENTRE PARES NO EF 21

Ao longo do EF 21, o centro deu resposta a uma maior procura por capacitação em áreas fundamentais da administração tributária de modo a apoiar os planos de modernização e reforma. Em colaboração com o FAD, o AFS ministrou:

- a) uma série de webinários sobre o reforço da regularidade fiscal após a Covid-19 (**Madagáscar**),
- b) uma série de webinários para orientar a Comissão da Receita das Seicheles no reforço da regularidade fiscal após a Covid-19 (**Seicheles**),
- c) uma série de workshops para reforçar a capacidade de auditoria e garantir a exatidão dos relatórios e métodos eficazes de auditoria das telecomunicações (**Zimbabué**),
- d) um programa de formação sobre o ISORA 2020 para melhorar a utilização de dados na gestão do desempenho organizacional (**Angola e Moçambique**). Foi desenvolvido um plano de ação de integração dos requisitos em matéria de dados do ISORA como funcionalidade permanente nos seus relatórios operacionais para ambos os países, o que ajudará a completar os questionários anuais, a começar pelos dados de 2020 e

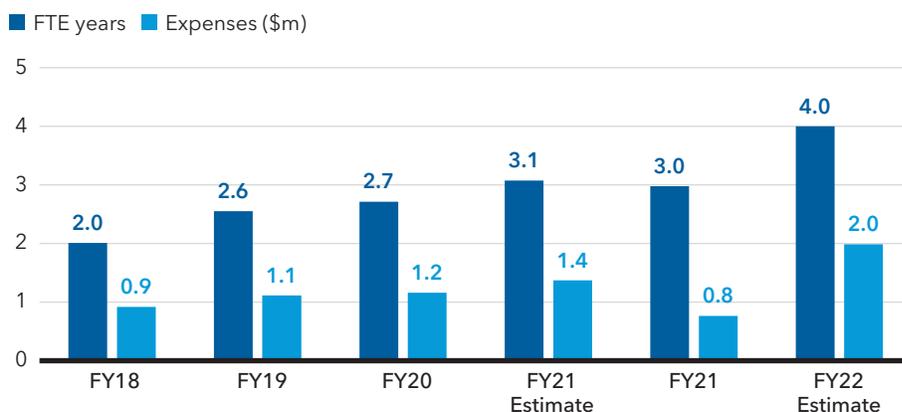
- e) um workshop de formação e acreditação TADAT para técnicos superiores selecionados, a fim de desenvolver a capacidade de compreender esta ferramenta e realizar uma autoavaliação (**Madagáscar**) e preparar-se para uma missão de TADAT (**Botsuana**). O centro também participou na avaliação do sistema fiscal do Botsuana e na definição de linhas de base para as reformas usando uma TADAT.

PRIORIDADES PARA O EF 22

As prioridades para o EF 22 continuam a ser o reforço das principais funções e dos mecanismos de gestão e governação da administração tributária. O plano apoia o envolvimento contínuo com os países prioritários, a implementação eficaz das respostas à Covid-19 e a prestação de serviços de DC nas áreas com resultados mais positivos, como a gestão de cumprimento baseada no risco, a análise de dados e o reforço da capacidade de auditoria. Os

marcos visados permanecem estreitamente ligados ao trabalho sobre governação e transparência, automização/digitalização de processos, avanço de planos de reforma/modernização e esforços de mobilização de receitas - incluindo através da melhoria das auditorias, da gestão de cumprimento e da recuperação de dívidas. O plano prevê DC no terreno e nos centros regionais, em antecipação do levantamento das restrições de viagem por causa da Covid-19 no final do EF 22. Em apoio às iniciativas de harmonização e integração regional, o centro conduzirá formação personalizada para os países membros e pelo menos dois seminários sobre auditoria e gestão de catástrofes e planeamento da continuidade dos negócios. O programa continuará a participar nas reuniões dos Grupos Económicos Regionais e também participará e colaborará com as Organizações Fiscais Regionais. O volume de DC previsto é de 4,0 anos ETI, com custos de cerca de USD 2,0 milhões (Figura 9).

FIGURA 9. TADM - EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS (EM ANOS ETI) E DAS DESPESAS (EM MILHÕES DE USD) DE DC



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO

O programa de desenvolvimento do setor monetário e financeiro do centro deu ênfase a DC urgente nos países membros no contexto da Covid-19. Estes serviços incluíram i) webinários regionais e desenvolvimento bilateral de capacidades sobre respostas regulamentares e de supervisão à pandemia, risco de cibersegurança do trabalho remoto, preparação para a gestão e resolução de crises, fintech, resiliência cibernética para as infraestruturas do mercado financeiro (IMF) e gestão da dívida pública e ii) AT sobre a avaliação comparativa da arquitetura regulamentar e de supervisão e para as IMF face às melhores práticas internacionais.

Supervisão e regulação bancárias



Benjamin Stefanou

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO EF 21

No âmbito da pasta de supervisão e regulação bancárias, o centro concentrou-se nas novas exigências de capacitação, como risco cibernético, licenciamento digital, inspeções remotas e relatórios prudenciais, ao mesmo tempo que se avançou com o trabalho nas áreas de adoção do Basileia II/III e supervisão baseada no risco (RBS). Além disso, uma parte significativa dos recursos e atenção foi despendida no fornecimento de informação e orientação aos países membros para lidar com os impactos da pandemia de Covid-19. Este trabalho incluiu séries de webinários sobre medidas regulamentares e de supervisão em relação à Covid-19 e ao quadro de resolução e

crise financeira. Apesar da rotatividade do pessoal, o volume de serviços de DC prestados manteve-se em 1,6 anos ETI (o mesmo do EF 20) e as respectivas despesas em USD 0,6 milhões, contra uma estimativa de 2,2 anos ETI e USD 1,1 milhões, respetivamente.

Até ao final de abril de 2021, 65% dos marcos foram total ou largamente cumpridos e registaram-se progressos em cerca de 7%. Principais progressos observados no EF 21:

- a) criação e lançamento da iniciativa de desenvolvimento da capacidades de regulação e supervisão de riscos informáticos (**Maurícias e planeada para outros membros do AFS**),
- b) continuação da assistência ao desenvolvimento do quadro regulamentar de Basileia II e II (**Comores**),
- c) desenvolvimento dum quadro de licenciamento abrangente e atualizado (**Essuatíni**),
- d) formação em liquidez e desenvolvimento de capacidades, centrada nos padrões de liquidez do Basileia III (**Botsuana**),
- e) adoção da RBS e do Basileia II (**Lesoto**) e
- f) melhoria do processo de inspeção remota (**Zimbabué**).

SEMINÁRIOS REGIONAIS, FORMAÇÃO PERSONALIZADA E PROGRAMA DE APRENDIZAGEM ENTRE PARES NO EF 21

Os seminários regionais, a formação personalizada e as atividades de aprendizagem entre pares mantêm-se estreitamente alinhados com as reformas e planos de ação dos bancos centrais em áreas fundamentais e com as necessidades emergentes geradas pela Covid-19. Os eventos realizados durante o ano incluíram:

WEBINÁRIOS REGIONAIS

- a) uma série de webinários sobre os fundamentos da crise financeira e os quadros de resolução – concebida

CAIXA 6. REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DOS RISCOS CIBERNÉTICOS: INICIATIVA DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADE PARA OS PAÍSES MEMBROS DO AFS

A capacidade dos invasores de minar, perturbar e desativar os sistemas informáticos e a tecnologia de comunicação usados pelas instituições financeiras é uma ameaça à estabilidade financeira. Os invasores têm amplo acesso à tecnologia, que lhes permite operar além-fronteiras e atacar empresas financeiras e bancos centrais, quer para obter lucros, quer simplesmente para causar perturbações. Em

resposta a esta ameaça e como meio coordenado e duradouro de ajudar os países membros a gerir o risco, o AFS e o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM) do FMI criaram um projeto conjunto para prestar serviços de DC sobre regulação e supervisão do risco cibernético, com o objetivo de desenvolver e implementar um quadro abrangente de regulação e supervisão deste risco,

de acordo com as normas e práticas internacionais. A iniciativa terá início com um grupo sub-regional de cinco países membros do AFS (Grupo cibernético do AFS) e será depois alargada a todos os seus países membros onde haja necessidade de desenvolvimento. A iniciativa será em duas partes: Parte A – o desenvolvimento da regulação do risco cibernético e Parte B – o desenvolvimento do quadro de supervisão.

Part A Cyber Risk Regulation Capacity Development		
Cyber Risk Regulation Training (September 2021)	Develop new or enhanced Cyber Risk Prudential Regulation (by December 2021)	Finalize and issue Cyber Risk Prudential Regulation (by June 2022)
Part B Cyber Risk Supervision Capacity Development		
Cyber Risk Assessment Training - Classroom (ATI) (March 2022)	Cyber Risk Onsite Examination program (April-July 2022)	Cyber Risk Assessment Methodology and Guidance (September 2022)

para fornecer uma visão pormenorizada da preparação para crises e da resolução bancária, que são questões de grande relevância para os países membros e

- b) um webinar sobre governação empresarial para funcionários da SADC.

WORKSHOPS PERSONALIZADOS

- c) workshops personalizados incluíram:
 - supervisão prudencial da titularização (**Namíbia**)
 - supervisão baseada no risco (**África do Sul**)

PRIORIDADES DO EF 22 EM MATÉRIA DE DC

As prioridades do EF 22 continuam a ser a adoção do Basileia II/III e da RBS, prevendo-se trabalho adicional sobre o impacto da Covid-19 e o risco cibernético.

O trabalho de adoção do acordo de Basileia procurará concluir a reforma regulamentar em vários países, enquanto se iniciam planos de reforma em outros. O trabalho de RBS centrar-se-á na atualização dos quadros existentes e na melhoria da eficiência e eficácia do funcionamento do quadro (ou seja, identificação e avaliação do risco, classificação do risco, planeamento de ações de supervisão e processo de revisão da supervisão). O trabalho sobre a Covid-19 será realizado em

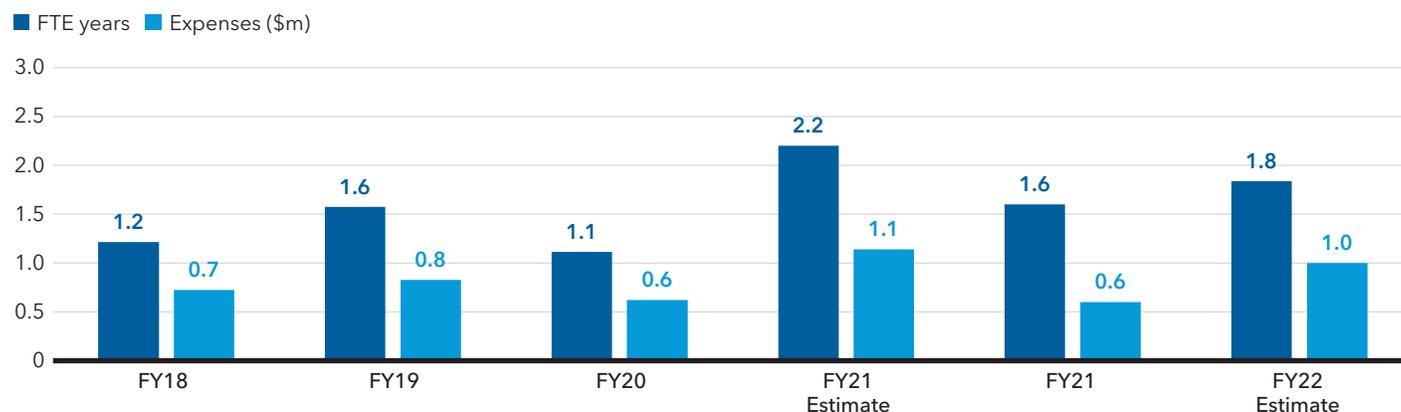
conjunto com o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM) e fornecerá informações e aconselhamento aos países membros sobre como lidar com os contínuos impactos da pandemia na estabilidade financeira e como atenuar na prática ou gerir o seu impacto através duma melhor supervisão orientada. Com o aumento da digitalização dos sistemas financeiros, maior conectividade e utilização da computação em nuvem, bem como do trabalho remoto, o reforço dos quadros regulamentares e de supervisão do risco cibernético é uma área cada vez mais importante de DC e uma das prioridades do AFS. O AFS planeia realizar trabalho bilateral e regional em matéria de DC sobre risco cibernético no EF 22, através da elaboração de iniciativas de DC transferíveis que cubram países isolados e grupos sub-regionais, que podem ser eficazmente expandidas para abranger todos os seus membros. Em colaboração com o MCM, o centro também planeia organizar webinários regionais sobre a abordagem dos riscos climáticos na regulamentação e supervisão prudencial. Estes trabalhos incluirão uma contribuição significativa de recursos do MCM, expandindo a capacidade do AFS de servir todos os países membros sobre estes importantes tópicos.

Um aspeto-chave da execução do plano de trabalho do EF 22 será a estreia de estratégias e planos práticos de desenvolvimento

de capacidades a médio prazo, com flexibilidade incorporada na ênfase técnica e na modalidade de prestação. A maioria do plano de trabalho do EF 22 terá de ser executado à distância, mas com a ambição de recomeçar o trabalho no terreno o mais cedo possível, como parte dum modelo híbrido eficiente de prestação de serviços de DC. Os recursos também serão destinados aos países prioritários do AFS. O volume de DC previsto é de 1,8 anos ETI, com custos de cerca de USD 1,0 milhões (Figura 10).

Com os membros ainda a serem significativamente afetados pela pandemia e à medida que começarem a emergir dos seus impactos, a capacidade do AFS (e de outros centros regionais de desenvolvimento de capacidades) de prestar serviços de DC práticos, de forma flexível, de acordo com as prioridades em constante mudança dos membros, continuará a ser um fator chave do valor que acrescentamos aos nossos membros. As reformas de longa data sobre o quadro de Basileia e a adoção da RBS devem continuar. Contudo, áreas como a cibersegurança, aprovisionamento e gestão de ativos problemáticos, e sobre como supervisionar de forma eficaz as instituições financeiras em condições operacionais remotas ou conturbadas, beneficiarão da orientação e assistência do AFS.

FIGURA 10. BSR - EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS (EM ANOS ETI) E DAS DESPESAS (EM MILHÕES DE USD) DE DC



CAIXA 7. PLANEAMENTO FLEXÍVEL E IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA - CASO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES NO EF 21 (ZIMBABUÉ)

A pandemia de Covid-19 exigiu uma abordagem flexível e cooperativa do planeamento de DC para o AFS no EF 21, com uma mudança drástica das prioridades dos países membros no início da pandemia seguida de ajustamentos sucessivos à medida que aprendiam a trabalhar eficazmente no seu contexto. Com isso, o AFS reafirmou a sua abordagem de fornecer um DC eficaz e duradouro, ouvindo as necessidades e prioridades dos membros, coordenando o trabalho com o MCM e fornecendo assistência prática e de fácil utilização. Um bom exemplo é o trabalho do AFS com o Banco da Reserva do Zimbabué na realização de inspeções remotas devido a restrições operacionais decorrentes da pandemia.

No início da pandemia, o AFS contactou todos os membros para debater a mudança de prioridades. A ideia era que, embora o AFS mantivesse o seu plano de trabalho acordado sempre que possível, também precisava de ser flexível na prestação de serviços de DC, o que levou a uma quantidade significativa de recursos e atenção dedicada à informação e orientação da resposta à pandemia de Covid-19 (liderada pelo MCM) e também a uma revisão das áreas de DC prioritárias, tais como a regulação da cibersegurança e um tema amplo de como manter uma supervisão eficaz perante restrições operacionais significativas. O RBZ fez um pedido específico sobre esta área, para a realização de inspeções de supervisão remotas.

Ele alterou o seu processo de inspeção para teletrabalho e solicitou orientação ao AFS sobre como

instituir de forma eficaz um quadro de inspeção remota. Por ser um conceito relativamente novo (num contexto pandémico), o AFS providenciou para que supervisores bancários com experiências recentes em matéria de realização e criação de quadros de inspeção remota em resposta a condições pandémicas transmitissem informação e orientação aos supervisores do RBZ sobre as práticas internacionais nesta área e avaliassem e comentassem o quadro de inspeções revisto da RBZ.

As principais mensagens transmitidas aos supervisores do RBZ, para a estruturação e realização de inspeções remotas, foram as seguintes:

- Os supervisores devem dedicar tempo a estabelecer uma comunicação fiável entre as contrapartes para permitir a realização de reuniões, apresentações remota, partilha de grandes ficheiros e o possível acesso remoto ao sistema.
- O âmbito das inspeções deveria ser ajustado com base na capacidade de aceder e avaliar eficazmente as contrapartes e as informações necessárias.
- Permitir um tempo significativamente maior para realizar a inspeção remota em relação às inspeções diretas (presenciais).
- A modalidade remota dificulta a comunicação eficaz para todas as contrapartes, o que pode gerar mal-entendidos, interpretações erróneas, falta de informação e avaliação ineficaz, pelo que

é necessário dar maior ênfase à comunicação, preparação de reuniões e partilha de informações por escrito.

- Sempre que os supervisores utilizarem de forma mais intensa as avaliações das funções de controlo interno, devem investigar melhor as conclusões e ter em conta a capacidade das áreas de controlo interno para avaliar as operações de forma eficaz se também trabalharem à distância.
- Comunicar claramente as limitações da inspeção remota nas reuniões de encerramento e no respetivo relatório.

Estas informações práticas e a orientação atempada a partir de experiências de supervisão recente foram fundamentais para o sucesso deste DC.

O EF 21 exigiu um contacto estreito com os membros e muita flexibilidade na prestação de DC. O modelo da CDC serviu de exemplo de prestação eficaz de DC neste contexto, através da sua capacidade de prestar serviços de DC específicos e atempados durante a pandemia. Através do envolvimento direto do AFS com os membros e do ajustamento proactivo da prestação de DC a áreas prioritárias revistas, com o MCM a assumir a liderança e a gerir eficazmente o apoio à resposta pandémica e com o AFS e o MCM a manterem a execução dos planos de reforma de supervisão a médio prazo previstos, o AFS continuou a prestar serviços de DC concretos, práticos e duradouros aos nossos membros.

Operações Monetárias e Do Mercado Cambial—Melhores quadros de política monetária e maior transparência dos bancos centrais - Por Marin Molosag



Marin Molosag

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO EF 21

No EF 21, o AFS continuou a desenvolver a capacidade de apoiar as reformas de política monetária em curso e facilitar a adoção das melhores/boas práticas internacionais modernas nas áreas de aplicação e instrumentos de política monetária, desenvolvendo um quadro de previsão de liquidez e estimulando o desenvolvimento do mercado na região. Quadros de política monetária modernizados, conjugados com sistemas financeiros sólidos, ajudam a manter a inflação baixa e a melhorar o acesso ao financiamento. Os serviços e as despesas de DC permaneceram baixos, em 0,4 anos ETI e 0,1 milhões de dólares, respetivamente, sobretudo devido ao atraso na assunção do cargo pelo novo conselheiro devido à Covid-19.

Até ao final de abril de 2021, 50% dos marcos foram total ou largamente cumpridos e registaram-se progressos em cerca de 48%. Principais progressos observados no EF 21:

- o banco central tem um quadro de previsão de liquidez suficientemente preciso para orientar as operações de gestão de liquidez (Essuatíni, Botsuana e Namíbia),
- a gestão da liquidez foi melhorada (Comores) e
- foram introduzidas diretrizes para a negociação no mercado interbancário e o acordo-quadro

de recompra, que cobre a negociação entre bancos e o banco central, e houve uma melhoria do funcionamento do mercado interbancário (Botsuana).

SEMINÁRIOS REGIONAIS, FORMAÇÃO PERSONALIZADA E PROGRAMA DE APRENDIZAGEM ENTRE PARES NO EF 21

WEBINÁRIOS REGIONAIS

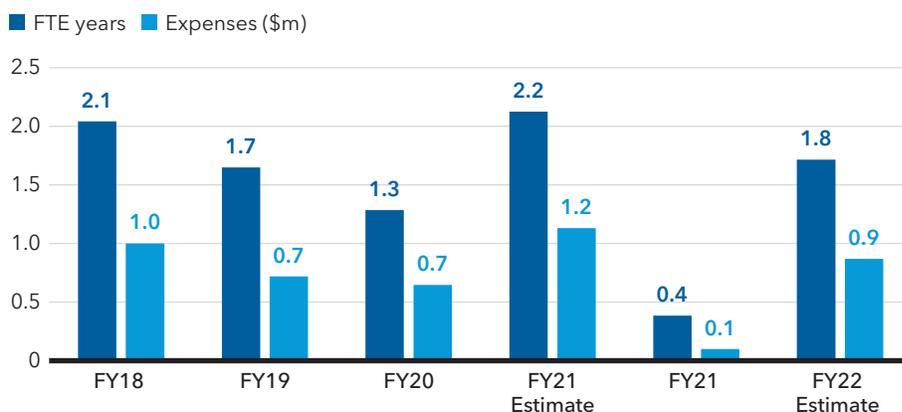
Ao longo do EF 21, o AFS deu resposta à procura por capacitação de modo a apoiar a modernização da política monetária e centrou-se nas políticas de resposta a um choque complexo, calibrado pelos participantes para imitar um choque da Covid-19, e em melhorar a coordenação de políticas de gestão da dívida pública e o quadro orçamental, a gestão de tesouraria, a política monetária e os mercados financeiros. Os webinários regionais incluíram:

- Gestão da dívida pública - coordenação de políticas e ligações, em coordenação com o MCM, FAD e equipa de PFM e
- Participação no curso do ATI sobre Quadros e operações de política monetária.

PRIORIDADES DO EF 22 EM MATÉRIA DE DC

As prioridades para o EF 22 incluem o apoio às reformas da política monetária em curso e ações para facilitar a adoção de boas práticas nas áreas de modelização e previsão, aplicação da política monetária, desenvolvimento do mercado cambial e estimular o desenvolvimento do mercado na região. No EF 22, o centro concentrará suas atividades no sistema de previsão e análise de políticas (FPAS) (Botsuana, Madagáscar, Namíbia e Zâmbia), aplicação e operações de política monetária (MPIO) (Angola, Comores, Lesoto, Madagáscar, Maurícias, Zâmbia e Zimbabué) e operações cambiais e desenvolvimento do mercado cambial (Madagáscar, Maurícias e Moçambique), desenvolvimento do mercado (Madagáscar e Seicheles) e cedência de liquidez de emergência (Angola e Essuatíni). Os webinários e workshops regionais incluirão: i) evento conjunto ATI/AFS sobre "Quadros de transição de política monetária na ASS" e ii) seminário ATI/AFS/AFE sobre a experiência com o FPAS em África. Além disso, será realizada em Madagáscar uma formação nacional conjunta Sede/AFS sobre a banca central. O apoio ao DC no FPAS foi

FIGURA 11. OPG - EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS (EM ANOS ETI) E DAS DESPESAS (EM MILHÕES DE USD) DE DC



apreciado na região e será mantido, e as modalidades de prestação serão alinhadas ao seu impacto para as políticas. Embora a procura e a consolidação de DC sobre operações de política monetária tenham diminuído em alguns países, continuam a representar uma prioridade fundamental

nos países que estão em processo de transição para quadros de política monetária mais modernos.

O trabalho nestas áreas apoiará a melhoria das decisões de política monetária, aumentará a transparência e a prestação de contas, apoiará os bancos centrais nos seus esforços

para desenvolver os mercados financeiros e aumentará e alargará a capacidade e as competências gerais em matéria de política monetária na região. Em termos gerais, espera-se que a prestação e as despesas de DC aumentem no EF 22 para 1,8 anos ETI e USD 0,9, respetivamente (Figura 11).

Infraestrutura do mercado financeiro e fintech



Anrich Daseman

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO EF 21

No EF 21, manteve-se a ênfase na formação e no capacitação, sobretudo para melhorar as competências de avaliação da IMF, orientando as práticas de supervisão e prioridades ligadas à Covid-19. Em colaboração com o MCM, o centro forneceu orientação sobre a implementação da política de supervisão (**Botsuana**), avaliação da IMF (**Essuatíni e Namíbia**) e supervisão do sistema de pagamentos (**Madagáscar**). O volume de DC e as despesas totais permaneceram abaixo do previsto - em 0,9 anos ETI e

USD 0,3 milhões contra os 1,6 anos ETI e USD 0,7 milhões previstos, respetivamente, em razão do atraso na assunção do cargo pelo novo conselheiro devido à Covid-19.

Até ao final de abril de 2021, 55% dos marcos foram total ou largamente cumpridos e registaram-se progressos em cerca de 25%. As principais realizações dos países membros incluem:

- a) Conclusão das avaliações da IMF - sistema de liquidação por bruto em tempo real (RTGS), em relação aos *Princípios da CPSS-IOSCO relativos às infraestruturas dos mercados financeiros* (PFMI) (**Essuatíni**) e
- b) Início da aplicação do quadro da política de fiscalização de acordo com a Visão e Estratégia para o desenvolvimento de sistemas de pagamento (**Botsuana**).

SEMINÁRIOS REGIONAIS, FORMAÇÃO PERSONALIZADA E PROGRAMA DE APRENDIZAGEM ENTRE PARES NO EF 21

- a) um webinar sobre digitalização de pagamentos e
- b) um webinar sobre o reforço da cibersegurança e da resiliência das IMF.

PRIORIDADES DO EF 22 EM MATÉRIA DE DC

O AFS continuará a ajudar a desenvolver capacidade para permitir a conclusão das reformas do sistema nacional de pagamentos (SNP) e a auxiliar na adoção das melhores práticas internacionais de gestão de risco e supervisão das IMF, com maior ênfase na orientação da regulamentação e supervisão das fintech. O centro apoiará: i) a revisão da legislação de SNP (**Botsuana, Moçambique e Zâmbia**), ii) a

CAIXA 8. WEBINÁRIO SOBRE FINTECH: DIGITALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS PARA OS PAÍSES MEMBROS DO AFS

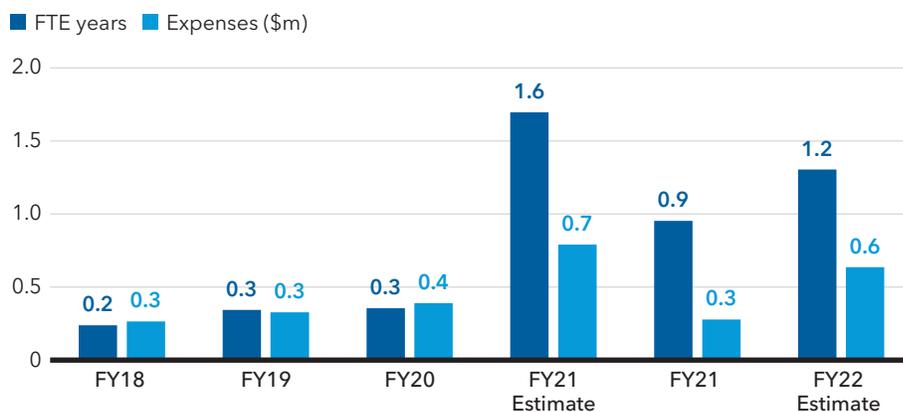
O webinar de dois dias centrou-se no desenvolvimento de capacidades para a formulação e aplicação de quadros regulamentares e de políticas para aproveitar os benefícios da inovação fintech, salvaguardando simultaneamente a segurança e eficiência do sistema de pagamentos. O webinar foi ministrado a 50 participantes e cobriu tópicos como as inovações

fintech em matéria de pagamentos, quadro analítico para a regulação e supervisão na era das fintech, implicações da utilização da moeda digital para pagamentos transfronteiriços e considerações fundamentais para as moedas digitais dos bancos centrais no retalho. Estes temas refletem as prioridades indicadas pelas autoridades em discussões anteriores. Além disso,

três países (**África do Sul, Essuatíni e Maurícias**) foram selecionados para partilhar as suas experiências sobre os desenvolvimentos na área das fintech. Foram identificadas certas lacunas ao longo da evolução dos serviços financeiros. As fintech estão a tentar colmatar estas lacunas nos serviços financeiros existentes com o recurso à tecnologia para fornecer soluções inovadoras.

supervisão e regulação das fintech (**Essuatíni e Lesoto**) e iii) a supervisão do sistema digital de pagamentos a retalho (**Maurícias e Zimbabué**). Estão planeadas missões de diagnóstico em **Angola** e nas **Comores** para melhor compreender as questões de pagamento e infraestruturas do mercado financeiro, com o objetivo de montar um programa de assistência técnica. Estas intervenções ajudarão os países da região a avançar na fiscalização e no quadro de supervisão das IMF, a garantir o cumprimento das normas internacionais para as IMF sistematicamente importantes e a garantir que as IMF operam numa base jurídica sólida, transparente e de aplicação obrigatória. As atividades regionais de formação planeadas para o EF 22

FIGURA 12. IMF - EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS (EM ANOS ETI) E DAS DESPESAS (EM MILHÕES DE USD) DE DC



abrangerão: i) Riscos cibernéticos e ii) Fintech (em conjunto com o COMESA). Espera-se que o DC ao abrigo deste

programa de financiamento atinja 1,2 anos ETI no EF 22 e custe USD 0,6 milhões (Figura 12).

Estatísticas do setor real



Donna Grcman



Elka Atanasova

EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO EF 21

Em coordenação com o Departamento de Estatística do FMI, o AFS continuou a promover a compilação e divulgação de dados de alta qualidade que reflitam as normas internacionais e melhores práticas. O programa de trabalho do EF 21 também visou reforçar a sensibilização e prestar apoio para enfrentar os desafios postos pela Covid-19 na compilação do produto interno bruto (PIB) e a continuidade do índice de preços no consumidor (IPC). Ao longo do EF 21, o centro apoiou iniciativas para atualizar metodologias de compilação e instituir padrões avançados de divulgação de dados: o Sistema Geral de Disseminação de Dados (e-GDDS) aprimorado, os Padrões Especiais de Divulgação de Dados (SDDS) e o SDDS Plus. A ênfase continua a ser a melhoria dos dados de base, a solidez metodológica, a exatidão, a fiabilidade, a utilidade, a acessibilidade e a atualidade das estatísticas nos países membros, bem como a garantia de que os impactos da Covid-19 se refletiram nas contas nacionais e na compilação de índices de preços. O volume de DC prestado

e as despesas totais para o ano foram de 2,6 anos ETI e USD 0,8 milhões, respectivamente.

No final de abril de 2021, 86% dos marcos foram total ou amplamente atingidos e registaram-se avanços em cerca de 7%. Entre os principais marcos atingidos pelos países do AFS incluem-se:

- a) a atualização do índice de preços no consumidor (IPC) (**Angola, Seicheles e Zâmbia**),
- b) a expansão da cobertura do índice de preços no produtor (IPP) (**Botsuana e Namíbia**),
- c) o avanço na rebaseamento das contas nacionais (**Botsuana e Seicheles**),
- d) o desenvolvimento de estimativas do PIB trimestral ajustado de sazonalidade (**Angola**),
- e) a melhoria da qualidade dos dados de base das contas nacionais anuais (**Comores**),
- f) a melhoria dos indicadores para as estimativas das contas nacionais trimestrais (**Lesoto e Zâmbia**),

- g) a conclusão dos quadros de recursos e empregos (**Maurícias, Seicheles e Zâmbia**) e
- h) a melhoria das estimativas ajustadas de sazonalidade (**África do Sul**).

WEBINÁRIOS REGIONAIS, FORMAÇÃO PERSONALIZADA E PROGRAMA DE APRENDIZAGEM ENTRE PARES NO EF 21

WEBINÁRIOS REGIONAIS

- a) O AFS realizou webinários em conjunto com o AFRITAC Ocidental (AFW) e AFRITAC Central (AFC) (em inglês, francês e português) sobre a continuidade do IPC para apoiar os países na divulgação contínua dum IPC fiável face aos desafios postos pela Covid-19. Os webinários centraram-se em: i) métodos alternativos de recolha de dados para complementar a recolha presencial afetada pelo encerramento temporário de pontos de venda e restrições à circulação, ii) métodos de imputação para o tratamento de preços e índices em falta, iii) como garantir a divulgação atempada de dados pormenorizados do IPC e iv) desenvolvimento de metadados pormenorizados explicando o impacto da Covid-19 no IPC e descrevendo como os dados em falta foram imputados. Os webinários facilitaram o intercâmbio entre quadros dos institutos de estatística da região, com a partilha de experiências e desafios.
- b) O AFS realizou webinários em conjunto com a AFRITAC Ocidental 2 (AFW2), o AFW e o AFC (em francês e português) sobre práticas relevantes para manter a continuidade das contas nacionais no meio dos desafios postos pela Covid-19.

Os webinários centraram-se em: i) debater conselhos e recomendações destacados nas notas metodológicas relacionadas com a Covid-19 sobre contas nacionais preparadas por organizações internacionais, ii) debater as melhores práticas para registar o apoio governamental às empresas e famílias, iii) debater os desafios postos pela falta de fontes de dados e possíveis soluções, iv) explicar o ajustamento sazonal da Covid-19 nas estimativas trimestrais do PIB e v) descrever condições específicas para compilar e divulgar as estimativas do PIB do segundo trimestre de 2020.

PRIORIDADES PARA O EF 22

No geral, as prioridades para o EF 22 permanecem inalteradas. O plano de trabalho para o EF 22 apoiará os institutos de estatística a melhorar ainda mais a qualidade dos dados através da atualização/desenvolvimento de índices de preços (IPC, IPP e índice de preços de imóveis residenciais) e da melhoria das estatísticas das contas nacionais (PIB anual e PIB trimestral) com base em metodologias estatísticas aceites e melhores práticas de compilação. As atividades de DC no EF 22 apoiarão

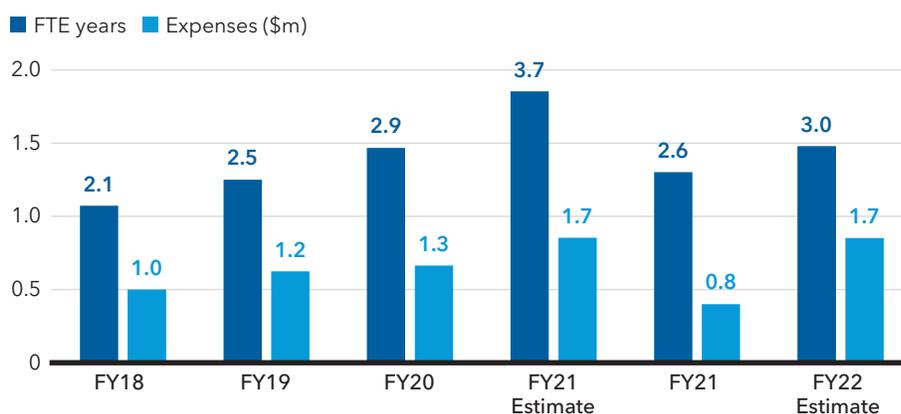
os países membros do AFS a alcançar marcos importantes nas seguintes áreas-chave:

- divulgação de estimativas do PIB anual rebaseado/revisto/melhorado e planeamento de rebaseamento (**África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Essuatíni, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Zâmbia e Zimbabué**),
- desenvolvimento/aperfeiçoamento/divulgação das contas nacionais trimestrais (**Angola, Madagáscar, Moçambique, Namíbia e Zimbabué**),
- validação e divulgação de contas e balanços financeiros (**Maurícias**),
- atualização/aperfeiçoamento do IPC (**Comores, Lesoto e Essuatíni**) e
- desenvolvimento/melhoria/atualização do IPP (Botsuana, Essuatíni, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué)

O plano prevê dois seminários regionais sobre estatísticas de preços e dois sobre estatísticas das contas nacionais.

No EF 22, estão previstos um volume de DC de 3,0 anos ETI e custos de USD 1,7 milhões (Figura 13).

FIGURA 13. RSS - EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS (EM ANOS ETI) E DAS DESPESAS (EM MILHÕES DE USD) DE DC

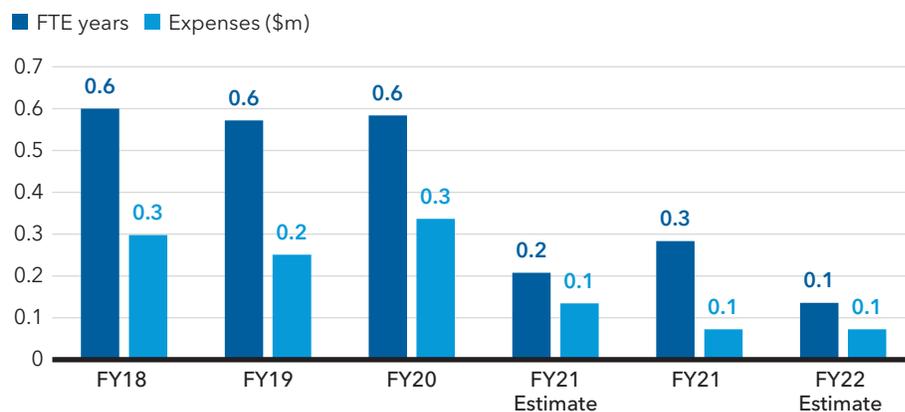


PROGRAMA JURÍDICO – LEGISLAÇÃO FINANCEIRA E FISCAL

No EF 21, AFS apoiou Comores, Botsuana, Madagáscar, Maurícias e Moçambique na elaboração de legislação financeira e fiscal. O centro continuará a prestar DC sobre a revisão da legislação financeira e fiscal em colaboração com o Departamento Jurídico do FMI. O plano do EF 22 inclui serviços

de DC para rever a legislação fiscal (Botsuana, Comores e Madagáscar) e leis bancárias, do banco central e dos sistemas de pagamento (Botsuana, Comores, Maurícias e Moçambique). No EF 22, estão previstos um volume de DC de cerca de 0,1 anos ETI e custos de cerca de USD 0,1 milhões (Figura 14).

FIGURA 14. FFL - EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS (EM ANOS ETI) E DAS DESPESAS (EM MILHÕES DE USD) DE DC



PROGRAMA DE FORMAÇÃO

EXECUÇÃO NO EF 21

O Instituto para o Desenvolvimento de Capacidades (ICD) do FMI ministrou um curso de inclusão e desenvolvimento financeiros a países da África Austral. O curso foi ministrado virtualmente via Zoom, em inglês, francês e português. Enfatizou a inclusão financeira e cobriu cinco grandes áreas: quadro do mercado financeiro, PME, microfinanças, fintech e capacidade financeira.

PRIORIDADES PARA O EF 22

A fim de apoiar os programas de reforma dos países membros e progresso nos marcos, o centro está a planear aumentar significativamente o número de cursos de formação a serem realizados em colaboração com o ICD. O plano do EF 22 inclui cinco cursos virtuais para complementar os seminários, webinários e workshops no âmbito dos programas de financiamento acima referidos. Os temas incluirão previsões a muito curto prazo, análise e previsão de política monetária baseada em modelos, gestão macroeconómica em países ricos em recursos naturais, crescimento inclusivo e desenvolvimento e inclusão financeiros. O ATI continua a ser um parceiro próximo e o centro planeia continuar a colaborar na realização de cursos ao longo do EF 22.

Os cursos acima referidos serão complementados com o apoio da assistência técnica do ICD na conceção de estruturas adaptadas a cada país para a previsão macroeconómica e análise de políticas. Tais ferramentas analíticas, que incluem a previsão a curto prazo, a ferramenta da dinâmica da dívida e uma variedade de modelos de quadro macroeconómico abrangendo um leque de capacidades, serão úteis sobretudo para ajudar a cumprir os objetivos pós-pandémicos.

PERSPETIVAS PRELIMINARES SOBRE A FASE III

O objetivo global do programa da fase III do centro será ajudar as autoridades a alcançar uma recuperação inteligente, inclusiva e verde pós-Covid-19. Para atingi-lo, o AFS propõe concentrar-se em cinco prioridades estratégicas: i) governação e corrupção, ii) igualdade de género, iii) alterações climáticas, iv) digitalização e v) eliminação das lacunas de dados. Alguns dados ilustram a necessidade de trabalho nestas áreas: apenas dois países do AFS estão entre os 50 primeiros em perceção da corrupção; um terceiro tem igualdade entre mulheres e homens de média a baixa; a frequência e o impacto das recentes catástrofes naturais fazem da região uma das mais vulneráveis do globo às alterações climáticas.

O AFS irá investir em novos programas de financiamento para apoiar os membros de forma mais eficaz. Atualmente o centro tem 10 conselheiros residentes ao serviço de sete programas de financiamento – gestão das finanças públicas, administração orçamental, administração aduaneira, supervisão bancária, operações de política monetária, IMF e fintech, bem como estatísticas do setor real. O centro também financia o DC em matéria de legislação financeira e fiscal, apoiado pelo LEG, e do quadro macroeconómico, sob a supervisão do ICD.

SECTION IV

ORÇAMENTO E
FINANCIAMENTO
DO AFS

ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DO AFS

Em 30 de abril de 2021, as contribuições recebidas para a Fase II do AFS ascendiam a USD 46,2 milhões (Tabela 1). O total reflete as contribuições da Comissão Europeia, Alemanha, Reino Unido, Suíça, China, Países Baixos, Banco Europeu de Investimento, Austrália e do país de acolhimento, as Maurícias. Oito membros assinaram acordos de contribuição.

As despesas do EF 21 ascendiam a USD 6,5 milhões, contra USD 10 milhões no EF 20 (Tabela 2). A subexecução dos projetos deve-se sobretudo às prolongadas restrições de viagem devido à Covid-19. A virtualização do plano de trabalho gerou economias significativas, ao mesmo tempo que permitiu organizar a prestação de serviços de DC em meio à pandemia de Covid-19 e alcançar a maioria dos marcos do EF 21. As despesas do EF 22 estão estimadas em USD 14,0 milhões.

TABELA 1. ESTADO DAS CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS

Informação sobre o Acordo/Alteração			Contribuição recebida	Contribuição esperada (USD)	
Parceiros/Membros	Data da assinatura ^{1/}	USD	USD	Solicitado	Contribuições futuras ^{2/}
Parceiros		44,3	44,3	-	0,02
Austrália	23/05/16	0,2	0,2	-	-
China	13/07/18	2,0	2,0	-	-
Comissão Europeia	Pendente	24,7	24,4	-	-
Banco Europeu de Investimento	19/04/18	0,2	0,2	-	-
Alemanha	11/12/18	2,8	2,8	-	-
Alemanha	30/11/17	3,0	2,9	-	-
Países Baixos	06/11/15	1,1	1,2	-	-
Suíça	08/10/16	5,1	5,1	-	-
Reino Unido	11/10/17	1,5	1,5	-	-
Reino Unido	12/12/18	3,7	3,8	-	0,02
Membros		3,5	1,9	0,7	1,0
Angola	01/10/18	0,3	0,3	-	-
Botsuana	28/08/17	0,5	0,2	0,3	-
Madagáscar	21/12/18	0,5	0,1	0,3	0,1
Moçambique, República de	22/12/17	0,5	0,5	-	-
Namíbia	02/12/19	0,5	0,3	-	0,3
Seicheles	20/12/17	0,5	0,2	0,1	0,2
África do Sul	21/03/18	0,3	0,3	-	-
Zâmbia	28/08/17	0,5	0,1	-	0,4
Total de parceiros e membros		47,8	46,2	0,7	1,0
Total de transf. internas		0,2	0,2	-	-
Total em negociação		2,0			
Comores		0,5			
Essuatíni		0,5			
Lesoto		0,5			
Zimbabué		0,5			
País de acolhimento		2,0	1,2	-	0,8
Numerário		2,0	1,2	-	0,8
Em espécie		-			
FMI		2,6			
Total geral		54,6	47,6	0,7	1,8
Orçamento do Documento Programático		59,6			
		-4,9			

1/ Pode também referir-se a acordos que estão em fase de negociação e à data de aprovação dos acordos de Parceria para o Desenvolvimento de Capacidades (por ex. acordos flexíveis/globais).

2/ O montante das contribuições futuras é definido em zero para as parcelas liquidadas.

3/ Refere-se às transferências de uma fase do programa para a outra (transporte).

TABELA 2. ORÇAMENTO E EXECUÇÃO NOS EF 18-EF 21

Projeto Descrição da atividade orçamental	Fase II Orçamento corrente	EF 18 Execução 9 meses	EF 19 Execução	EF 20 Execução	EF 21 Orçamento corrente	EF 21 Execução
Gestão das finanças públicas	14,3	2,4	2,7	2,6	3,4	1,7
Prestação LTX, STX e Sede 1/	12,5	2,2	2,4	2,3	2,9	1,5
Outros 2/	1,8	0,2	0,3	0,3	0,5	0,2
Administração aduaneiras	6,1	1,3	1,1	1,2	1,4	0,9
Prestação LTX, STX e Sede 1/	4,9	1,0	0,8	1,0	1,2	0,8
Outros 2/	1,2	0,3	0,2	0,3	0,2	0,1
Administração tributária	5,7	0,9	1,1	1,2	1,4	0,8
Prestação LTX, STX e Sede 1/	4,8	0,8	1,0	0,9	1,1	0,7
Outros 2/	0,9	0,2	0,1	0,2	0,3	0,1
Supervisão e regulação bancárias	4,4	0,7	0,8	0,6	1,1	0,6
Prestação LTX, STX e Sede 1/	3,2	0,5	0,6	0,4	0,8	0,4
Outros 2/	1,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2
Operações de política monetária	4,7	1,0	0,7	0,7	1,2	0,1
Prestação LTX, STX e Sede 1/	3,7	0,9	0,6	0,5	0,9	0,1
Outros 2/	1,0	0,2	0,1	0,2	0,3	0,1
Infraestruturas do mercado financeiro	2,2	0,3	0,3	0,4	0,7	0,3
Prestação LTX, STX e Sede 1/	1,7	0,2	0,2	0,3	0,6	0,2
Outros 2/	0,5	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0
Estatísticas do setor real	6,9	1,0	1,2	1,3	1,7	0,8
Prestação LTX, STX e Sede 1/	5,2	0,7	0,9	1,0	1,4	0,7
Outros 2/	1,7	0,3	0,4	0,3	0,3	0,1
Legislação financeira e fiscal	1,1	0,3	0,2	0,3	0,1	0,1
Prestação LTX, STX e Sede 1/	1,0	0,3	0,2	0,3	0,1	0,1
Outros 2/	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Projeto Admin	3,5	0,6	0,7	0,6	0,9	0,5
Corpo técnico local	2,0	0,4	0,3	0,3	0,5	0,3
Instalações e despesas relacionadas	1,1	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2
Outros	0,4	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
Projeto de formação	0,8	0,1	0,1	0,2	0,2	0,0
Governança	0,5	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0
Reserva orçamental estratégica	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0
Subtotal	50,4	8,7	9,1	9,2	12,6	5,8
Gestão do fundo fiduciário	3,5	0,6	0,6	0,6	0,9	0,4
Contribuição do FMI	2,6	0,4	0,3	0,2	0,3	0,2
Total	56,5	9,7	10,1	10,0	13,7	6,5

1/ Remuneração dos peritos de curto (STX) e longo (LTX) prazo e da equipa da Sede, conforme o caso.

2/ Inclui despesas relacionadas com os custos de participação em seminários/workshops, intercâmbios entre pares, apoio logístico e gestão de projetos.

TABELA 3. ORÇAMENTO PROPOSTO DO EF 22

Programa de financiamento	Orçamento proposto do EF 22
Gestão das finanças públicas	3,4
Administração aduaneira	1,5
Administração tributária	2,0
Supervisão e regulação bancárias	1,0
Operações de política monetária	0,9
Infraestruturas do mercado financeiro	0,6
Estatísticas do setor real	1,7
Legislação financeira e fiscal	0,1
Projeto Admin	0,7
Projeto de formação	0,6
Governança	0,1
Reserva orçamental estratégica	0,2
Subtotal	12,8
Gestão do fundo fiduciário	0,9
Total	13,7
Contribuição do FMI	0,3
Total	14,0

SECTION V

RISCOS E MITIGAÇÃO

RISCOS E MITIGAÇÃO

ECONOMIA POLÍTICA E VULNERABILIDADES MACROECONÓMICAS E CLIMÁTICAS

Os riscos políticos acrescidos aumentam significativamente a volatilidade da procura e eficácia do DC. Isto é particularmente evidente em anos de eleições nacionais, crises/pandemias prolongadas, catástrofes naturais e agitação civil. Estas condições resultam em mudanças significativas nas prioridades de reforma, disposições institucionais e composição dos quadros superiores que, por sua vez, limitam a capacidade das autoridades de aderir aos planos anuais de DC aprovados no início do ano.

Os países expostos a vulnerabilidades macroeconómicas resultantes de mudanças inesperadas nas condições económicas globais ou regionais,

incluindo nos mercados de produtos de base, crédito e câmbio, são mais propensos a rever as políticas, apresentar novos planos de ação e redimensionar as exigências de DC. Do mesmo modo, nos últimos anos, os países sujeitos a calamidades naturais reviram as exigências de DC para apoiar medidas imediatas de avaliação do seu impacto e aplicar novas medidas orçamentais e monetárias.

A flexibilidade e agilidade na intervenção do AFS, conjugada com uma abordagem centrada em cada país para a prestação de DC, ajudará a adaptá-lo às prioridades em evolução.

O centro continuará a realizar consultas regulares com as autoridades dos países e as equipas nacionais do FMI para garantir a continuação da alta relevância dos planos anuais e de médio prazo para o DC. A flexibilidade na movimentação de recursos entre os fluxos de trabalho e países e a constituição de reservas para contingências ajudará a responder aos riscos políticos e aos decorrentes de vulnerabilidades macroeconómicas e climáticas. O quadro de gestão baseada em resultados continuará a ser um instrumento fundamental para avaliar os progressos em termos de resultados e impacto na economia.

ENVOLVIMENTO E COORDENAÇÃO

O envolvimento e a coordenação de alto nível de cada país são condições prévias para o sucesso da prestação de DC pelo AFS.

Na Fase II, a coordenação entre as principais partes interessadas (Comité de Pilotagem do AFS (CP), autoridades nacionais, parceiros de desenvolvimento e corpo técnico do AFS) foi reforçada, mas

nem sempre foi suficiente para garantir uma forte apropriação, envolvimento e responsabilidade mútua pelos resultados nos países ou instituições específicas. A falta de envolvimento de altos quadros tem restringido a capacidade de alguns países de implementar eficazmente as recomendações de reforma.

No EF 22, o AFS irá reforçar ainda mais a coordenação e o envolvimento dos principais intervenientes.

As medidas específicas incluirão uma maior interação com os membros do CP na conceção e monitorização do programa, incluindo relatórios e avaliação de resultados precoces e mais centrados. Espera-se que os membros do CP do AFS que representam os países beneficiários representem todo o programa de DC do seu país e que se articulem ativamente com todos os organismos que recebem DC do AFS para ajudar a garantir a sua utilização eficaz. Juntamente com os países membros, os conselheiros residentes do AFS empenhar-se-ão mais ativamente com os parceiros de desenvolvimento para identificar necessidades adicionais de DC e complementar a adoção e implementação das reformas acordadas.

O AFS continuará a cooperar com organizações regionais (ou seja, COMESA, SADC, SACU, CABRI, Associação de Diretores-Gerais do Tesouro da África Oriental e Austral, MEFMI, ESAAMLG, ATAF, AUC, etc.) na prestação de assistência para o desenvolvimento de capacidades. Os conselheiros residentes do AFS continuarão a participar em workshops e seminários organizados por parceiros regionais, quer como participantes, quer como pessoa de recursos. Da mesma forma, os seminários, webinários e cursos do AFS continuarão abertos a organizações regionais. Estas ações continuarão a apoiar a partilha de informações e assistência.

O AFS e os países membros beneficiarão da introdução do CDMAP. Para além de ajudar a integrar melhor as vertentes de DC, supervisão e empréstimos, o novo sistema ajudará: i) a melhorar as sinergias entre os departamentos de DC do FMI e os centros regionais de desenvolvimento de capacidades, ii) a implantar uma abordagem centrada em cada país para o planeamento de DC, iii) a gerir melhor a execução e iv) a fornecer apoio rápido aos membros.

CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

A disponibilidade limitada do capital humano necessário para aplicar e sustentar a reforma também tem condicionado os esforços de reforma.

O nível reduzido ou insuficiente de quadros e a rotatividade de pessoal limitam a capacidade das autoridades de responder às recomendações. Isto é particularmente verdade em áreas em que são necessários padrões, metodologias e processos mais avançados. Uma vez que o progresso dos planos de ação da reforma depende da disponibilidade de gestores e de pessoal funcional e técnico devidamente qualificados e experientes, os orçamentos da função pública precisam de dar a devida resposta, incluindo através da reestruturação organizacional.

O desenvolvimento de competências continuará a ser um dos principais focos do DC do AFS em todas as áreas temáticas fundamentais. Isto abrangerá a formação ministrada como uma componente integral das missões de AT do AFS e atividades de desenvolvimento de capacidades relacionadas, incluindo a aprendizagem entre pares através de seminários regionais, webinários, workshops e destacamentos profissionais. Será dada ênfase ao

estabelecimento de capacidade dentro das instituições visadas para alargar e divulgar a formação a outras instituições governamentais.

PRESTAÇÃO DE DC

Os países membros estão a exigir uma abordagem mais prática ao DC.

Na Fase II, um número crescente de missões de DC incluiu workshops personalizados para apoiar a aplicação das recomendações de AT. No futuro, é provável que se adote esta abordagem em todos os fluxos de trabalho. Além disso, as modalidades de prestação de DC serão revistas para aumentar a assistência virtual e melhorar os cursos tradicionais, sempre que seja eficaz e aceite pelas autoridades. O DC remoto provou ser mais eficaz em muitos casos nos últimos dois anos, uma vez que atinge mais participantes em países individuais e a nível regional, oferece mais flexibilidade em termos de duração, competências de peritos e idiomas. Uma combinação de ambos os modos é garantida de acordo com as necessidades dos países.

ANEXOS INFORMATIVOS

	Página
Anexo I: Atividades de DC do EF 21	00
Anexo II: Plano de DC do EF 22 por programa de financiamento e país	00
Anexo III: Seminários, webinários e workshops personalizados do EF 22	00



AFRITAC South Contact:

ABDOUL AZIZ WANE
AFRITAC South Coordinator
7th Floor Bramer House, 66C2
Cybercity Ebene, Mauritius
T. +(230) 401.2500
F. +(230) 468.1618
awane@IMF.org
afsweb@IMF.org
southAFRITAC.org

INTERNATIONAL MONETARY FUND

Institute for Capacity Development
Global Partnerships Division

700 19th Street, NW
Washington, DC 20431 USA
T. +(1) 202.623.7636
F. +(1) 202.623.7106
GlobalPartnerships@IMF.org